



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos

Processo Administrativo nº 15.10/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação no sistema de registro de preços de empresa especializada para fornecimento de grama leiva Zoysia japônica, incluindo serviço de plantio e manutenção por 90 dias, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e demais anexos do processo.

1.2. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do Contrato/Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Item.

1.4. Redução Mínima: 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do item.

1.5. A legislação determina que quando o objeto do edital tiver valor até R\$ 80.000,00 a licitação deve ser exclusiva para MPE'S – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desta forma, pelo fato de que o item deste certame está abaixo do limite previsto, o presente processo será de exclusivo para micro e pequenas empresas.

1.6. Não haverá restrição regional pelos motivos expostos no item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. Haverá aplicação da margem de preferência regional em até 10% do menor preço válido.

1.8. Âmbito regional refere-se às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na Microrregião de Toledo – que é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à Mesorregião Oeste Paranaense, mais especificamente a Microrregião 022, segundo parâmetros do IBGE, compreendendo os Municípios de Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

Item	CAT SERV	Descrição	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	15954	58267 - Execução global com fornecimento, plantio e manutenção de: - 01 (um) metro quadrado de grama Zoysia japônica, conhecida como grama esmeralda, em tapetes padronizados preferencialmente com medidas de 40x60cm. - As gramas deverão ser fornecidas frescas, removidas do solo em no máximo 72 (setenta e duas) horas anteriores a entrega. - Plantio em local preparado e indicado pelo contratante; - Aplicação dos fertilizantes e adubos indicados (300gr de calcário dolomítico/m², 50 gramas de fertilizante NPK 10-10-10/m²);	Metro Quadrado	3.000	R\$ 18,92	R\$ 56.760,00



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

		- Serviço de acompanhamento, remoção de ervas daninhas e manutenção por 90 (noventa) dias após o plantio.				
--	--	---	--	--	--	--

Valor total da contratação R\$ 56.760,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta reais).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa à aquisição de grama leiva para atender à demanda do município de Entre Rios do Oeste/PR. A necessidade de aquisição de grama leiva se justifica pela constante realização de obras e projetos de urbanização, bem como a manutenção e preservação de áreas verdes em áreas públicas, que são de fundamental importância para a comunidade local.

O município tem a necessidade da revitalização de praças, parques, jardins e áreas comuns, com intuito de promover a sustentabilidade ambiental e proporcionando espaços de lazer e convivência para os munícipes. A grama leiva, devido às suas características de rápida adaptação e resistência, é a escolha ideal para estes projetos, conferindo um aspecto visual agradável e garantindo a durabilidade do revestimento vegetal em áreas de uso intensivo.

Além disso, a contratação para aquisição de grama leiva é essencial para a execução de projetos já aprovados no plano diretor municipal, alinhados às políticas públicas de melhoria da infraestrutura urbana e qualidade de vida dos habitantes. A vegetação adequada contribui também para a conservação do solo, controle de erosão e melhoria do microclima urbano, benefícios que são imprescindíveis considerando as características climáticas da região.

A aquisição detalhadamente especificada neste ETP assegura que o município obtenha grama leiva de qualidade, com os parâmetros técnicos exigidos para a construção de um espaço verde eficiente, seguro e sustentável, atendendo, assim, aos compromissos com a administração pública de Entre Rios do Oeste/PR.

A criação de um tapete verde em áreas urbanas traz enormes benefícios ambientais, especialmente no que diz respeito à regulação da temperatura da superfície do solo. A escolha entre grama, solo limpo e pavimentado pode afetar significativamente o microclima urbano. Aqui estão as justificativas técnicas para a implementação de um tapete verde:

- **Redução da Temperatura da Superfície do Solo:** Estudos mostram que a grama possui uma maior capacidade de absorver e dissipar calor em comparação com o solo limpo ou pavimentado. Superfícies vegetadas, como um tapete verde, têm temperaturas médias que podem ser até 15°C mais baixas do que o asfalto ou concreto, devido à evapotranspiração e à maior reflexão de radiação solar.
- **Diminuição do Efeito de Ilha de Calor Urbana:** Em áreas urbanas densamente pavimentadas, as ilhas de calor são um problema recorrente, exacerbando o aquecimento local. A grama, por sua vegetação contínua e capacidade de arrefecimento, ajuda a mitigar esse efeito, melhorando a qualidade de vida dos moradores e reduzindo a necessidade de sistemas de climatização artificiais.
- **Melhoria do Conforto Térmico:** Superfícies pavimentadas retêm calor durante o dia e liberam lentamente à noite, aumentando as temperaturas noturnas e afetando negativamente o conforto térmico. Em contraste, o tapete verde melhora a circulação de ar e mantém temperaturas mais amenas, proporcionando um ambiente mais saudável e agradável.
- **Conservação de Energia:** A regulação natural da temperatura por meio da grama pode resultar em economia de energia. A redução na necessidade de ar-condicionado em áreas adjacentes a superfícies verdes contribui para menor consumo de eletricidade, diminuindo custos operacionais e a pegada de carbono da área urbana.
- **Benefícios Ambientais Adicionais:** Além da regulação térmica, a grama proporciona benefícios adicionais, como a estabilização do solo, redução da erosão, aumento da infiltração de água no solo, melhoria da qualidade do ar e promoção da biodiversidade urbana. Esses fatores são cruciais para a sustentabilidade ambiental das cidades.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

A implementação de um tapete verde, portanto, é uma intervenção urbana eficaz que contrasta positivamente com as superfícies pavimentadas e solo limpo, promovendo um ambiente mais equilibrado, agradável e sustentável para todos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1.** Os materiais/bens a serem adquiridos atendem a classificação de bem de consumo comum, por se tratarem de materiais cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados, conclui-se que a solução para atender o objeto deste estudo é a realização de processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no sistema registro de preços nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1.** A aquisição dos produtos/serviços será de forma parcelada, sem previsão previa de aquisição.
- 4.2.** Quanto aos locais de entrega:
- 4.2.1.** Todos os itens deverão ser entregues, sem custo adicional para administração, nos locais indicados pela Secretaria requisitante, podendo ser em qualquer área do território do município.
- 4.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.4.** Depois de verificado e aprovado o objeto, a Secretaria solicitante atestará o recebimento definitivo do objeto mediante termo circunstanciado a posto e anexado na Nota Fiscal/Fatura ou recibo, após a constatação da adequação do objeto recebido às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade.
- 4.5.** Após verificado e aprovado o objeto a Secretaria solicitante atestará o recebimento definitivo do objeto mediante termo circunstanciado a posto e anexado na Nota Fiscal/Fatura ou recibo, após a constatação da adequação do objeto recebido às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade.
- 4.6.** Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.
- 4.7.** Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que efetue a troca dentro do menor prazo possível.
- 4.8.** O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

4.9. A empresa deverá substituir ou reparar no prazo de 10 (dez) dias corridos o objeto que não atender às especificações técnicas exigidas pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste.

4.10. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência à Comissão de recebimento de Gestão de Contratos, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 14.133/21 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.11. O recebimento será dado em duas etapas:

4.11.1. Primeiro recebimento: Após o plantio será realizado o levantamento de cumprimento desta etapa e será liberado o pagamento de 70% do valor do empenho;

4.11.2. Segundo recebimento: Após decorrido 90 dias do plantio, se cumprido com os critérios de manutenção, será liberado o pagamento do restante do empenho (30%).

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em até 30 (trinta) dias corridos e em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Secretaria Requisitante, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes a:



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

descrição do material/serviço entregue, quantidade e valor, a ser fornecido por fiscal da Prefeitura.

6.1.2. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos para o cumprimento da prestação obrigacional, incluindo mão-de-obra, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.

6.1.3. A contratada deverá entregar no ato da entrega a nota fiscal acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, ou SICAF atualizado e válido, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal;

6.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.6. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.8. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação da grama leiva para o município de Entre Rios do Oeste/PR deve atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais, essenciais para garantir a qualidade e a eficiência na implementação e manutenção das áreas verdes:

7.1.1. Especificações Técnicas da Grama Leiva:

7.1.1.1. Tipo de Grama: A grama leiva deve ser da espécie Zoysia japonica, conhecida como grama esmeralda, devido à sua resistência ao pisoteio, fácil adaptação ao clima da região e baixa manutenção.

7.1.1.2. Qualidade: A grama deve ser de primeira qualidade, com densidade e enraizamento adequados, livre de pragas, doenças e ervas daninhas.

7.1.1.3. Dimensões dos Tapetes: Os tapetes de grama devem ter dimensões padronizadas, preferencialmente de 40cm x 60cm, facilitando a instalação e proporcionando uma cobertura uniforme.

7.1.1.4. Condições de Entrega: A grama deve ser entregue frescas, removida do solo no máximo 72 horas antes da entrega, para assegurar a vitalidade e a integridade das mudas.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

7.1.2. Metodologia de Instalação:

7.1.2.1. Preparação do Solo: O terreno deve ser previamente preparado com nivelamento, remoção de detritos e aplicação de corretivos de solo necessários, como calcário e fertilizantes. Será de competência da contratante o preparo e nivelamento do solo, e de responsabilidade do contratado a aplicação dos corretivos do solo, como calcário e fertilizantes.

7.1.2.2. Para atendimento deste requisito verificou-se que é indicado o uso do calcário dolomítico na quantidade de 300gr por metro quadrado e o fertilizante NPK 10-10-10 com 50gr/m².

7.1.2.3. Plantio: A grama deve ser instalada em solo úmido, colocando os tapetes de maneira justa, sem espaçamentos, para garantir a continuidade da cobertura vegetal. O plantio deverá ser realizado por pessoal especializado e treinado para esta finalidade, e todos os custos envolvidos com este serviço será de responsabilidade da contratada.

7.1.2.4. Irrigação Inicial: Imediatamente após a instalação, deve haver irrigação abundante para favorecer o enraizamento rápido e saudável das mudas. A rega será de responsabilidade da contratante, não gerando custos adicionais para a contratada.

7.1.3. Manutenção Inicial:

7.1.3.1. Irrigação Regular: A área plantada deve receber irrigação periódica até que a grama esteja totalmente enraizada, evitando tanto o ressecamento quanto o encharcamento. A rega será realizada pela contratante, não gerando custos para a contratada.

7.1.3.2. Adubação Regular: Aplicação de corretivos de solo necessários, como calcário e fertilizantes de liberação lenta, para promover um crescimento vigoroso e saudável.

7.1.3.3. Controle de Pragas e Doenças: Implementação de um plano de manejo integrado de pragas e doenças para prevenir e controlar possíveis infestações. A contratada deverá por um período de 90 dias após o plantio realizar o controle de erva daninhas e/ou doenças na área plantada, substituindo a grama em caso de morte.

7.1.4. Critérios de Sustentabilidade:

7.1.4.1. Uso Racional de Recursos: A contratação deve priorizar práticas sustentáveis, incluindo o uso racional de água e insumos, minimizando impactos ambientais.

7.1.4.2. Origem e Logística: Preferência por fornecedores locais para reduzir a pegada de carbono associada ao transporte e apoiar a economia regional.

7.1.5. Termos Contratuais:

7.1.5.1. Garantia: O fornecedor deve oferecer uma garantia mínima de 90 dias quanto à qualidade e sobrevivência da grama instalada.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

7.1.5.2. Fiscalização e Aceitação: A entrega e instalação da grama serão acompanhadas por técnicos do município, que avaliarão o cumprimento dos requisitos e formalizarão a aceitação do serviço conforme os padrões estabelecidos.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, salvo hipóteses previstas em lei.

8.1.1. Qualquer subcontratação necessária será analisada pela Procuradoria Geral do Município em conjunto com o Gestor do Contrato.

8.1.2. A subcontratação sem autorização do Município será considerada como inexecução contratual, passível de penalização.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Responsabilidades do fiscal do contrato:

9.4.1. Acompanhamento e Fiscalização: O fiscal deve acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo que todas as obrigações contratuais sejam cumpridas de acordo com os termos e condições estabelecidos.

9.4.2. Monitoramento de Desempenho: Avaliar o desempenho do contratado, verificando se os serviços estão sendo realizados conforme o cronograma e com a qualidade esperada.

9.4.3. Resolução de Conflitos: Atuar juntamente com o gestor do contrato na resolução de conflitos ou disputas que possam surgir durante a execução do contrato, facilitando a comunicação entre as partes envolvidas.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

9.4.4. Relatórios e Documentação: Elaborar relatórios periódicos sobre o progresso do contrato e manter uma documentação completa e organizada para referência futura.

9.4.5. Garantia de Conformidade: Assegurar que todas as atividades relacionadas ao contrato estejam em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo as normas de licitação e contratação pública.

9.5. Modelo de Fiscalização do contrato:

9.5.1. Inspecionar os tapetes no momento da entrega para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos;

9.5.2. Verificar a saúde da grama, por inspeção visual, antes do plantio;

9.5.3. Recusar as gramas que não atendam os requisitos estabelecidos;

9.5.4. Acompanhar, o plantio das gramas para verificar o cumprimento dos critérios estabelecidos;

9.5.5. Verificar o modelo e marca dos fertilizantes utilizados e se estes atendem os requisitos estabelecidos;

9.5.6. Verificar em até 5 (cinco) dias úteis após o plantio, o cumprimento da etapa de plantio de todas as gramas;

9.5.7. Solicitar o replantio quando detectado uma execução fora dos parâmetros estabelecidos;

9.5.8. Anotar em registro próprio o dia do plantio, para controle do prazo de manutenção (90 dias);

9.5.9. Verificar periodicamente se a empresa contratada está realizando a manutenção pós-plantio de acordo com o cronograma proposto;

9.5.10. Notificar a contratada sempre que ela deixar de cumprir os requisitos da contratação;

9.5.11. Verificar se o município está realizando as regas periodicamente

9.5.12. Encaminhar abertura de processo administrativo nos termos do Decreto N.º 020/2025, de 07 de fevereiro de 2025, quando identificada inexecução parcial ou total do contrato.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, seguindo o seguinte cronograma:

10.1.1. 70% do valor do empenho após dado como recebido a etapa de plantio;

10.1.2. 30% do valor do empenho após dado como recebido a etapa de manutenção.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.13.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \times \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice inflacionário exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei nº 14.133/21 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato padrão desta municipalidade.

13. Da Habilitação

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

13.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

13.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e poderá também realizar a consulta de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.2.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.2.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

13.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e conforme Art 18 §2º do Decreto 56, de 06 de abril de 2020.

13.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 12.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.4. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.5. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13.9.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.9.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

13.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica.

13.11.1. A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou ainda por pessoa física, que comprove(m) a execução, com qualidade satisfatória, de serviços similares aos descritos no objeto da contratação, especialmente no fornecimento de grama leiva, plantio e manutenção. Os atestados deverão conter:

13.11.1.1. A descrição detalhada dos serviços realizados, incluindo quantidade e especificações técnicas.

13.11.1.2. Declaração de que os serviços foram executados de forma satisfatória, assinada pelo responsável técnico do contratante.

13.11.1.3. Dados de contato do emitente do atestado para eventual verificação de autenticidade.

13.11.1.4. Cópia da nota fiscal emitida referente à execução dos serviços declarados, demonstrando o vínculo com o contrato ou projeto mencionado.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 56.760,00 (cinquenta e seis mil e setecentos e sessenta reais).

Item	CAT SERV	Descrição	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	15954	58267 - Execução global com fornecimento, plantio e manutenção de: - 01 (um) metro quadrado de grama Zoysia japônica, conhecida como grama esmeralda, em tapetes padronizados preferencialmente com medidas de 40x60cm. - As gramas deverão ser fornecidas frescas, removidas do solo em no máximo 72 (setenta e duas) horas anteriores a entrega.	Metro Quadrado	3.000	R\$ 18,92	R\$ 56.760,00



MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, Nº 600 - Fone: (45) 3257-1268 - CEP: 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

		<ul style="list-style-type: none">- Plantio em local preparado e indicado pelo contratante;- Aplicação dos fertilizantes e adubos indicados (300gr de calcário dolomítico/m², 50 gramas de fertilizante NPK 10-10-10/m²);- Serviço de acompanhamento, remoção de ervas daninhas e manutenção por 90 (noventa) dias após o plantio.				
--	--	--	--	--	--	--

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

A estimativa do ETP e Termo de Referência, não obriga a contratante à utilização total da contratação, considerando que se trata de uma expectativa que depende de acontecimentos não sujeitos ao controle e previsão absoluta por parte da administração pública, ficando, os licitantes cientes que poderá ocorrer a não utilização total dos valores estimados.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

10.01. 0015.0452.0032.2087 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

333.90.39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

01.505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Entre Rios do Oeste, PR, em 15 de maio de 2026

LUCIANO ANDRÉ SCHAEFER
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos